

Geografia e vídeo: Diálogos e vivências na educação básica e superior

Eraldo da Silva Ramos Filho *

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

RESUMO

Apresento, neste texto, reflexões de pesquisas e práticas de ensino de Geografia que desenvolvi nos últimos anos, junto à educação básica e superior, na rede particular de ensino e na Universidade Federal de Sergipe. Experiências que buscaram produzir recursos didáticos a partir de trabalhos de campo realizados em áreas de resistência do campesinato sergipano. A vivência desses espaços, por estudantes (da educação básica e superior) e professor possibilitou reflexões sobre a dinamicidade da produção do espaço e dos processos de territorialização das comunidades investigadas.

As reflexões foram sistematizadas na linguagem fílmica e constituem os documentários: “Xokó: memória, identidade e cultura” (2000) e “Veredas” (2005). O processo de produção dos vídeos documentários proporcionou aos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem um ensaio de desvendamento das formas de tratamento da realidade para a representação do real.

Este texto pretende ser uma contribuição ao ensino de Geografia. Evidente que não trato de uma temática e um proceder metodológico inovador, muito menos, faz parte das minhas intenções apresentar uma fórmula mágica que solucione os impasses e dilemas do ensino de Geografia. Contudo, estou certo de que os relatos e as reflexões, que seguem, podem instigar experiências e a criatividade de docentes para aliar temas e conteúdos, socialmente referenciados à sistematização das reflexões com ferramentas disponibilizadas pelas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Nesse contexto, o presente artigo está estruturado em seis partes. Na primeira, discuto o papel da Geografia escolar na atualidade. Na segunda, delimito a questão agrária brasileira neste início de século XXI. Na terceira parte, delimito o ponto de partida para o uso de imagens em movimento. Em seguida, remeto o leitor a duas vivências de produção de vídeos documentários no ensino básico e superior. Por fim, apresento as considerações finais.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Questão Agrária; Roteiro; Vídeo

* Msc. Professor Assistente da Universidade Federal de Sergipe – UFS
Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA
Doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista - FCT-UNESP
eramosfilho@gmail.com

documentário; Midiabilidade.

Summary

Geography and video: Dialogues and educational experiences in Secondary and Higher Education. Eraldo da Silva Ramos Filho. *In this article I present some reflections on research and practices of teaching geography that I have developed during the last years, both in basic and higher education, in the teaching network at the Universidade Federal de Sergipe. These experiences try to generate didactical resources from field works performed in areas resistant peasants from Sergipe. The living experiences in these spaces, by students (basic and higher education) and the professor made possible the reflections on the dynamics of production of space, and the processes of land appropriation of the researched communities. The reflections were systematized in audiovisual language in a documentary format: "Xokó: memória, identidade e cultura" (2000) e "Veredas" (2005). The production of the vídeos allowed the students involved to experience a process of enveiling ways to read and represent reality. This text is a contribution to teaching geography, but it does not pretend to be innovative nor to proposed a magic way to solve all the difficulties and dilemmas of this field. However, I do expect to promote the creativity of teachers to try new experiences with the tools of new technologies of information and communication.*

Key words: Agricultural problems, teaching geography, vídeo documentary.

O PAPEL DA GEOGRAFIA ESCOLAR

As últimas décadas, como também, a virada de século têm sido marcadas por intensas transformações nas relações societárias, resultantes de céleres mudanças no padrão técnico, científico e informacional que podem ser interpretadas como estratégias da atual fase do sistema capitalista que objetiva expandir-se a todas as áreas do globo, de modo implacável, intensificando o processo de globalização neoliberal em sua multidimensionalidade: econômica, social, política, cultural e ambiental. Com o fim do conflito Leste-Oeste e a conseqüente hegemonização deste modo de produção, emerge uma realidade prenhe de contradições e dilemas materializada:

- no aumento do desequilíbrio entre os países ricos e pobres resultante do aprofundamento da divisão internacional do trabalho;
- na problemática das migrações internacionais e a multiplicação dos aglomerados de exclusão;
- nos neoterritorialismos que vão da escala dos bairrismos, passando pelos regionalismos até os nacionalismos;
- na alarmante degradação ambiental;
- na proliferação do desemprego estrutural, fome e miséria;
- na intensificação de movimentos fundamentalistas;
- na intensificação das intervenções militares em diferentes partes do globo, dentre outros. (HAESBAERT, 1998)

Tais processos se inserem no contexto da globalização neoliberal multidimensional e sua base técnica fundamentada na terceira revolução industrial. Diante desse cenário e estimulado pela necessidade de análise, compreensão e explicação dessas realidades, o conhecimento científico busca reformar-se, e, em particular, as ciências humanas. A Geografia, no contexto das ciências sociais, também acompanha este movimento. Com este processo de subordinação do aparato técnico-informacional e científico à racionalidade econômico–produtiva, o espaço geográfico passa por uma perspectiva de redefinição nos seus parâmetros de análise. Santos (1985; 1994; 2001) ressalta a emergência da incorporação do conceito de meio técnico-científico-informacional.

Para Cavalcanti (1998, p.17), o espaço e o tempo perdem seus significados absolutos e lineares, seus conteúdos associam-se ao processo produtivo, impondo uma inédita concepção pautada na relatividade, passam a ser uma única categoria espaço-tempo. O espaço torna-se fluido e o tempo irreversível, imprevisível e simultâneo. As relações sociais ocorrem, simultaneamente, “num mesmo tempo e em espaços diferentes ou num mesmo espaço onde há tempos diversos.” “É também, um espaço extremamente segregado e segregador, no qual cresce, a cada dia, o número de excluídos, de violentados, de desempregados, de sem-terra, de sem-teto.” (CAVALCANTI, 2002, p. 35)

Nesse contexto, o campo educacional também urge por transformações e a Geografia escolar assume, como tarefa primordial, a necessidade de fornecer instrumentos cognitivos ao educando para que este possa, autonomamente, analisar as relações e os processos vigentes no mundo em que está inserido, atingindo, inclusive, um atitude de intervenção e transformação da realidade. As propostas educacionais, contidas em distintos referenciais para o ensino da Geografia, valorizam os aspectos que esta disciplina oferece para a compreensão e para a intervenção na realidade social.

É por meio dos estudos geográficos que os educandos podem desenvolver a capacidade de analisar e explicar as distintas relações societárias que levam à produção do espaço geográfico. A reflexão sobre a realidade espacial, próxima ou distante espaço-temporalmente, deve conduzir o aluno a uma postura crítica frente a ela. Neste sentido, a escola tem por finalidade desvelar o real com seus alunos.

Dessa forma, Cavalcanti (2002) ressalta a relevância de se adotar, na escola, conteúdos procedimentais e valorativos. Os primeiros, em Geografia, são aqueles que, ao serem trabalhados, desenvolvem habilidades e capacidades de operação com o espaço geográfico, como: a capacidade de observação e interpretação de paisagens, de discriminação de elementos da natureza, análise dos processos de transformação dos espaços, de uso de dados estatísticos, cartográficos. Os conteúdos valorativos

referem-se à formação de valores, atitudes e convicções, que perpassam os conteúdos referentes aos conceitos, fatos, e

informações. Trata-se daqueles conteúdos que auxiliam o aluno a agir no espaço, a influir na sua produção de acordo com determinados valores e convicções. (CAVALCANTI, 2002, p.40)

O tema da questão agrária no Brasil, sem ignorar a relevância de outros temas na Geografia, carrega no seu bojo os conteúdos necessários à formação procedimental e valorativa, pois evidencia a existência das diferentes classes sociais na sociedade, suas conflitualidades, desencadeando diferentes formas de produção do espaço. Uma situação emblemática é a oposição dos modelos de desenvolvimento do campo entre a agricultura camponesa e o agronegócio.

O primeiro fundamenta-se na produção em pequenas parcelas de terras e com predomínio do trabalho familiar, portanto, a partir de relações não-capitalistas de produção, destinado à produção alimentar de autoconsumo e comercialização de excedentes em mercados locais e regionais. Por sua vez, o agronegócio fundamenta-se na apropriação de grandes áreas rurais, produz, fundamentalmente, mercadorias alimentares (*commodities*), cujos preços são definidos nas principais bolsas de valores do mundo e destinados ao mercado nacional e internacional, através de relações de assalariamento. A fim de melhor contribuir com a compreensão desta problemática, passo, em seguida, à delimitação teórica da questão agrária e sua atualidade no Brasil.

A ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

O modelo de desenvolvimento do campo, adotado historicamente no Brasil e, em particular, desde o período militar iniciado em meados da década de 1960, buscou favorecer o desenvolvimento do capital no campo em detrimento dos trabalhadores e da agricultura camponesa. Na segunda metade da década de 1990, percebe-se a permanência desta tendência nas políticas de governo, embora haja, agora, o reconhecimento da relevância da agricultura camponesa. As ações políticas no campo brasileiro transparecem a estratégia territorial, cuja meta é responder, quantitativamente, à inserção subalternizada e dependente do Brasil no capitalismo monopolista.

A agricultura capitalista de larga escala assume o papel de garantir a balança comercial favorável o que gera superávits primários, e torna este setor, como já afirmava Oliveira (2004, p. 13), em um “negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial”. Valorizam-se as ações do agronegócio, nega-se a gravidade da concentração fundiária, ignora-se a manutenção do rentismo fundiário no Brasil e relega a parcela significativa das populações rurais (e urbanas) à cenários mórbidos de exclusão, pobreza e miséria.

A questão agrária é uma problemática estrutural do capitalismo, refere-se ao conjunto de dilemas advindos do desenvolvimento da agricultura e lutas dos trabalhadores e está presente na totalidade das dinâmicas sociais. A questão agrária extrapola o tempo de um governo, pois apresenta

características e dinâmicas sociais próprias, em face do estágio de desenvolvimento do capitalismo, em uma determinada sociedade, portanto, possui uma temporalidade própria. Para José de Souza Martins (2000, p.89-90), a questão agrária expressa, na sociedade, o elenco de

...contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. (...) A questão agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. (...) Ele pode se manifestar com a redução da taxa média de lucro, motivada pela importância da renda quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas.

No caso brasileiro contemporâneo, a questão agrária apresenta componentes antigos e recentes: concentração fundiária exacerbada (Tabela 1); manutenção do rentismo fundiário; ausência de uma política de reforma agrária efetiva; superexploração do trabalho e trabalho degradante; grilagem de terras; impactos ambientais e lutas de resistência dos trabalhadores. Nas últimas décadas, foram incorporados novos elementos como o agronegócio baseado na agricultura de precisão, sementes transgênicas, biotecnologia, nanotecnologia e mais recentemente a retomada da produção de agroenergia.

TABELA 1 – BRASIL - ESTRUTURA FUNDIÁRIA – 2003

Estratos de área	Nº de imóveis	%	Área em ha	%
Menos de 10 ha	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8
10 a < de 100 ha	2.272.752	53,6	76.757.747	18,3
Menos de 100 ha	3.611.463	85,2	84.373.860	20,1
100 a < de 1.000 ha	557.835	13,2	152.407.223	36,3
1.000 ha e mais	69.123	1,6	183.564.299	43,6
Total	4.238.421	100	420.345.382	100

Fonte: Cadastro do INCRA, situação em agosto de 2003, in: II Plano Nacional de Reforma Agrária (MDA/INCRA, 2004)

Os dados dos organismos oficiais (Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) revelam que existe, no país, um total de 4.238.421 imóveis rurais que ocupam uma área de 420.345.382 hectares. Contudo, a distribuição apresenta uma realidade de extrema concentração, tendo em vista que, apenas 1,6% dos imóveis concentram próximo da metade (43,6%) da área cadastrada, enquanto que para 85% dos imóveis (considerados pequenas propriedades) restam apenas cerca de 84 milhões de hectares, o correspondente a 20,1% da área.

Nesse cadastro, a declaração dos próprios proprietários indicou, apenas, 30% da área dos imóveis classificados como produtivos. (OLIVEIRA, 2004, p.18) É, portanto, diante deste quadro de concentração fundiária e sub-utilização, que permanecem, na contramão desta história oficial, os trabalhadores rurais, camponeses, indígenas e quilombolas organizados em distintos movimentos socioterritoriais lutando pela realização da reforma agrária, pela permanência na terra, de forma digna, ou pela demarcação de suas reservas, dos seus territórios.

Nas últimas décadas, destaca-se a intervenção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹, na organização dos trabalhadores para o enfrentamento com o Estado, com os latifundiários, com o judiciário e mais recentemente com o agronegócio. Os trabalhadores têm utilizado diversas ações de resistência aos processos de expropriação e exclusão. A intensidade e o alcance das lutas são tão expressivos que a política de implantação de milhares de assentamentos no país é exclusivamente resultado dessas lutas por terras, realizadas de diversas formas pelos trabalhadores e não das políticas governamentais, como é costumeiro veicular-se na mídia. (FERNANDES, 2001)

A luta pela terra faz parte de uma dimensão das lutas contra o capital que deseja, na apropriação da terra, sua reprodução ampliada e a manutenção de sua estrutura de poder. À medida que o capital se reproduz, ampliadamente, agrava, cada vez mais, o quadro de desigualdades que o sustenta, mediante à exclusão. E como o número de excluídos é cada vez maior a luta contra o capital tende a um crescente. No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)², a violência no campo contra os camponeses e a impunidade deram a tônica desta fase de modo que, na região mais desenvolvida do país, Pontal do Paranapanema, São Paulo, a violência psicológica, através da perseguição política, aprofundou-se; mas, foi na Amazônia que a violência física da eliminação chegou a seu ponto máximo, em agosto de 1995, com o Massacre de Corumbiara³, no estado de Rondônia, e, no dia 17 de abril de 1996, com o Massacre de Eldorado dos Carajás⁴, no sul

¹ O MST foi fundado durante o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel – PR, no período de 20 a 22 de janeiro de 1984. No encontro, estiveram presentes 92 pessoas entre sem-terra, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores, representando os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e do Território de Roraima, na época. (FERNANDES, 2000)

² Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) governou o Brasil de 1995 – 1998, foi reeleito para o mandato de 1999 – 2002 ambos mandatos em aliança política com o Partido da Frente Liberal (PFL).

³ No período de fechamento deste texto, o Massacre de Corumbiara cumpriu 13 anos sem que ninguém tivesse sido condenado pelos crimes cometidos. Estudo importante sobre este episódio confira: MESQUITA, Helena Angélica de. **Corumbiara: o massacre dos camponeses. São Paulo**, SP, 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, Universidade de São Paulo.

O massacre de Eldorado dos Carajás foi lembrado por seus 12 anos, com protestos dos trabalhadores rurais na cidade de Belém, enquanto o governo do estado assinava indenizações para algumas famílias atingidas. Dos policiais envolvidos no massacre, apenas dois esperam o julgamento em liberdade.

⁴ Sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás confira: FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

do Pará. Nestes episódios, respectivamente, foram assassinados, pela polícia militar que atuava na defesa da propriedade privada, 11 posseiros e 19 trabalhadores sem-terra e outros tantos foram torturados e/ou feridos.

Para o governo FHC, a reforma agrária não era questão econômica ou política, mas sim uma política de compensação social. Refutou-se, então, o reconhecimento da existência de uma classe social camponesa. Para dar sustentação a esta postura, construiu-se, teoricamente, o discurso e a prática política governamental com a centralidade na substituição da questão agrária e a difusão de políticas públicas voltadas ao *desenvolvimento* do capitalismo na agricultura.

Tais políticas e programas abordam o campo a partir do conceito de *agricultura familiar*, fortemente influenciado de uma corrente de pensamento que tem emergido nos últimos anos. Uma importante referência é o trabalho de Abramovay (1998), segundo o qual, o camponês é um produtor familiar voltado, basicamente, à subsistência com pouca integração em mercados incompletos, portanto, a expressão do atraso. Em relação ao agricultor familiar, apresenta, dentre outras características, uma espécie de produção familiar cuja integração ao mercado é plena, mediante uma organização empresarial e uma mediação estatal, utilização de pacotes tecnológicos modernos e detentor de uma capacidade de inovação.

Mas, segundo Lopes (1999, p.14,

a transformação do assentado em agricultor familiar, como propõe o governo, não passa de mero sofisma. Do ponto de vista conceitual é uma tremenda tolice essa afirmação, pois o assentado já é um agricultor familiar, na medida em que essa noção está ligada à natureza do trabalho agrícola baseado na utilização, pelo agricultor, da força de trabalho dos membros da família. Ora, a quase totalidade dos assentados toca seus lotes com a ajuda da esposa e dos filhos em idade ativa, da mesma forma que o fazem os pequenos agricultores dispersos pelo interior do Brasil.

Embora o atual presidente, Luiz Inácio *Lula* da Silva, tenha sido eleito com o apoio dos principais movimentos socioterritoriais camponeses, a reforma agrária caminha com lentidão, o II Plano Nacional de Reforma Agrária não foi cumprido, mantém-se o status de política compensatória do período anterior. A concepção do campo enfatiza o fortalecimento da agricultura familiar em detrimento da agricultura camponesa, e o agronegócio se afirma, no discurso e prática política governamental, como o grande projeto de desenvolvimento do país.

Diante dessas opções, a violência e a impunidade continuam a dar a tônica, a exemplo dos seguintes fatos: A absolvição pelo Tribunal de Justiça do Pará, de 145 cabos, sargentos e soldados que participaram da chacina de 19 sem-terra, em Eldorado do Carajás (1996), assim como a do mandante do

assassinato da líder religiosa Dorohy Strang⁵ (2005), também no Pará. A ofensiva de 18 jagunços da Fazenda Nova Alegria, município de Felisburgo, estado de Minas Gerais (2005), deixou o terrível saldo de 5 mortos e 20 feridos e o acirramento do conflito entre indígenas e latifundiários plantadores de arroz, contrários à demarcação em terras contínuas, na Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol (2007), no estado de Roraima. Poderia, nesta exposição, exaustivamente, elencar muitos outros acontecimentos de violência no campo, mas, a gravidade destes nos dá a certeza da permanência da questão agrária no país e da dimensão dos desdobramentos de concentração fundiária no Brasil. Logo, se torna imprescindível a abordagem da questão agrária, a partir do método geográfico, com ênfase nos processos socioespaciais e socioterritoriais, cujas formas assumidas justificam o diálogo entre a Geografia e o vídeo, de maneira que, a seguir, busco sinalizar os pontos de encontro entre estas duas.

O PONTO DE PARTIDA PARA O USO DE IMAGENS EM MOVIMENTO NO ENSINO

As mudanças técnico-informacionais, que tratamos alhures, têm possibilitado a produção de um enorme volume de informações por reduzido grupo de corporações da informação e comunicação e sua instantânea difusão pelo espaço global. Embora haja um descompasso entre o ritmo de produção/difusão e consumo destas informações, evidencia-se a importância que assume as imagens, sejam elas paradas ou em movimento.

Desde a mais remota antigüidade, o homem deixa-se seduzir pela imagem. O homem tem sua trajetória na Terra registrada, primeiramente, com artefatos rudimentares nas cavernas, fosse entalhando a madeira ou esculpindo a pedra. Seguido das pinturas e suas motivações diversas. O avanço das ciências e das tecnologias condicionou o surgimento de novas técnicas de fixação de imagens, dentre elas vale ressaltar a criação da fotografia na 1ª metade do século XIX, e, por fim, do cinema, em 1895, quando dois irmãos franceses: Louis e Auguste Lumière projetaram dois pequenos filmes em um café parisiense, retratando registros da vida cotidiana: “A saída dos operários da fábrica Lumière” e “Chegada de um trem à estação”.

Na atualidade, o cinema apresenta-se como componente ao mesmo tempo da cultura como da cultura de massa, faz parte da indústria do lazer e da obra de arte coletiva. Assim como o cinema, a televisão, também, ganha notoriedade na propagação de imagens e informação, de valores e comportamentos, modelos e ideologias.

Tem se tornado cada vez mais freqüente o uso das imagens no processo de ensino, seja com o intuito de motivar os alunos ou como fonte de aprendizado. Principalmente, imagens difundidas pelo cinema e televisão em face da popularização dos aparelhos de TV, vídeo-cassete e mais,

⁵ Dorothy Stang, 73 anos, foi uma missionária americana que atuou na defesa dos sem terras, combateu os crimes ambientais e a grilagem de terras no estado do Pará. Foi assassinada em 12 de fevereiro de 2005, no município de Anapu, a mando de grileiros da região.

recentemente, o DVD, equipamentos comuns nas escolas públicas e privadas nos dias atuais.

Com a introdução dessas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's), o desafio do tratamento diferenciado que esta linguagem exige, em relação à linguagem escrita, coloca-se para os docentes e lhes impõe alguns cuidados: Entretanto, o uso do vídeo ou tv não deve ser encarado como uma panacéia para os dilemas didático-pedagógicos; e, muito menos, deve-se incorporar essas linguagens como forma de tornar o conteúdo mais moderno ou como substituto do papel fundamental que desempenha o professor na mediação do processo de construção do conhecimento.

Outro desafio imposto pela introdução das NTIC's, exige dos discentes e docentes competências para além da operação dos equipamentos, mas, sobretudo, o desenvolvimento da criticidade para discernir as várias midiabilidades difundidas pelas grandes corporações cinematográficas e da informação, fenômeno característico das sociedades modernas. Segundo Napolitano (2002, p. 12), por midiabilidade entende-se “a existência de um campo social dominado pela mídia, sobretudo, a mídia eletrônica, catalisando um conjunto de experiências e identidades sociais”.

O fenômeno da midiabilidade determina a formação de identidades, em particular, nas sub-culturas juvenis. A midiabilidade dificulta o estabelecimento de fronteiras definidas entre as relações sociais tradicionais, materializadas na escala do bairro, do trabalho, da escola ou da família, “e aquelas vividas “através” da mídia, incorporando valores e comportamentos dos seus tipos e personagens.” (op. cit., p.12) Este é, portanto, um dos principais problemas vinculados à incorporação dos materiais veiculados pela TV e pelos áudios-visuais de modo geral, ao ensino formal.

Faz-se necessário identificar os diferentes graus de midiabilidades, dos distintos grupos e indivíduos do ambiente escolar e de fornecer elementos, para que, se atinja a autonomia de interpretação crítica dos conteúdos veiculados pelos meios em discussão. Uma das formas para se chegar a esse ponto é entender como se dá o processo de elaboração dos filmes. Neste sentido, sugiro a elaboração de roteiros e produção de vídeos documentários como ambiência didática em Geografia, quer na educação básica ou no ensino superior.

GEOGRAFIA E VÍDEO: UM DIÁLOGO FRUTUOSO

Embora o diálogo entre Geografia e cinema, ainda, seja tímido, podemos observar que o tempo e o espaço lhe são categorias comuns e centrais. Na Geografia, o espaço geográfico é o cerne do debate. Na expressão fílmica o espaço ultrapassa as dimensões materiais da tela e forja ou (re)apresenta o espaço que (a)parece próximo do real.

O registro de fenômenos geográficos tem sido realizado com emprego de distintas técnicas: livros, revistas, fotografias e slides, mapas etc. O que propomos, neste estudo, é a incorporação da técnica do vídeo documentário,

como importante ferramenta para registro da produção do espaço geográfico, situada no processo de construção de conhecimento.

A produção de um vídeo é formada por cinco princípios básicos: a idéia/tema, pesquisa sobre a realidade a ser filmada; a elaboração do roteiro; a realização do roteiro (coleta de imagens e entrevistas etc), a edição de imagens e sons, ou seja, a montagem do filme. Com relação à idéia/tema caso, se o realizador/professor partir de um referencial geográfico não lhe faltarão idéias e temas, conforme me preocupei em fazer no início deste artigo. É mais fácil para os iniciantes partirem de temas locais, mas que contenham mensagens universais.

É na pesquisa sobre a realidade a ser filmada que se dá o processo de investigação científica referente à temática previamente escolhida. Como também, é nesta fase que se articulam as revisões bibliográficas e fílmicas, o trabalho de campo, as discussões sobre o real, a sistematização dos resultados e a elaboração das conclusões. A elaboração do roteiro pode ser realizada anteriormente à realização do trabalho de campo e executado durante este. O roteiro pode ser originado das reflexões e/ou conclusões retiradas do trabalho de campo. Neste caso, será necessário retornar à comunidade investigada a fim de realizar as filmagens e as entrevistas.

A edição de imagens constitui-se na etapa de maior caráter técnico, em função dos equipamentos e habilidades exigidas para a operação destes. Assim, as imagens coletadas no campo serão selecionadas e organizadas, seqüencialmente, de forma a constituir o enredo do vídeo almejado. Contudo, tão importante, talvez até mais importante que as imagens em movimento utilizadas, sejam os sons. Estes podem ser utilizados para narrar, discutir, debater os processos expressos na imagem; pode ser uma trilha sonora que complemente a imagem e a mensagem, ou também o som ambiente do local, no qual foram realizadas as gravações etc. A montagem das imagens, dos sons e dos caracteres (os textos escritos) completa a sistematização dos resultados empíricos. É a finalização do filme! Resta, agora, ao(s) realizador(es), se for o caso, articular as condições para o lançamento e exibição. Em seguida, como contribuição metodológica, apresento vivências na produção vídeos documentários no ensino de Geografia.

VIVÊNCIAS COM ELABORAÇÃO DE VÍDEOS DOCUMENTÁRIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR

Nessa sessão, com o intuito conclusivo, relato duas experiências de produção de vídeo documentários que abordam diferentes dimensões da questão agrária brasileira, realizados nos processos de ensino de Geografia. O documentário **Xokó: identidade, memória e cultura** refere-se a uma atividade pedagógica interdisciplinar entre as disciplinas escolares Geografia, História, Informática, Português e Matemática, na qual buscou-se, com a prática do estudo do meio, aproximar alunos do 3º ciclo da comunidade indígena Xokó, remanescentes do povo primitivo que habita a o Vale do Baixo São Francisco Sergipano. No que tange o documentário **Veredas**, este foi idealizado para fomentar a reflexão e a discussão sobre a luta pela terra no Brasil, em

atividades regulares da disciplina de Geografia Rural, ofertada aos estudantes do 2º ano do curso de graduação em Geografia – Licenciatura Plena, em uma Universidade pública brasileira.

O VÍDEO DOCUMENTÁRIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A partir do resgate da transversalidade da temática Pluralidade Cultural, proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais⁶, buscamos despertar nos educandos:

- a) A valorização do patrimônio sociocultural e o respeito pela sociodiversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia;
- b) O conhecimento e a utilização de procedimentos de pesquisa geográfica e histórica para decifrar as espacialidades e as territorialidades;
- c) A capacidade de gerar, tratar e analisar informações quantitativas e qualitativas, e, a partir das conclusões coletivas, sistematizar e apresentar o conhecimento produzido em distintas linguagens (informática, fotografia, vídeo etc.).

Inicialmente, realizamos fichamentos e discussão de textos sobre a problemática indígena brasileira e sergipana. Para o reconhecimento preliminar da realidade Xokó, projetou-se um vídeo documentário sobre seu modo de vida, isto possibilitou o reconhecimento dos elementos constituintes da identidade deste povo remanescente e direcionou a pesquisa para a atualização do perfil sócio-econômico vivido na comunidade.

Para tanto, foram elaborados dois instrumentos de coleta de informações: um questionário sócio-econômico aplicado em 39 domicílios, totalizando uma amostragem de 70,9% dos domicílios da reserva indígena; e uma entrevista semi-estruturada a ser aplicada com as lideranças locais (Cacique, Vice-cacique e Pajé). Realizou-se, ainda, o registro fotográfico e a filmagem de toda a visita à Área Indígena Caiçara - Ilha de São Pedro, objetivando a posterior edição do vídeo documentário com conotação didática sobre o histórico e o modo de vida deste povo.

O tratamento das informações levantadas no campo balizou as discussões sobre o espaço de vivência dos Xokó e a elaboração de textos analíticos acerca dos principais elementos constituintes da identidade territorial dos Xokó e os principais entraves de sua relação com a sociedade industrial. Elaborou-se gráficos, cujas informações apresentam forte conexão com os discursos dos líderes tribais. Todo o material produzido pelos educandos

⁶ Os Parâmetros Curriculares Nacionais, tratam-se de documentos criados pelo Ministério da Educação, durante o governo FHC, em atendimento à Lei de Diretrizes Básicas da Educação e sob forte influência das políticas educacionais neoliberais difundidas pelo Banco Mundial, definiram as diretrizes dos currículos escolares nacionalmente.

Para acessar os PCN's visite:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=264&Itemid=254>>

Sobre uma análise dos PCN's de Geografia confira: CARLOS, Ana Fani e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs). **Reforma no mundo da educação**: parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

lastreou a produção do texto narrativo usado no vídeo documentário já mencionado.

A atividade em foco possibilitou uma mudança comportamental nos estudantes frente às distintas culturas, passando a reconhecer e a respeitar as diferenças étnicas e culturais. Percebeu-se que a identidade Xokó não deve ser referenciada com base no padrão étnico, dada à presença de Xokós caboclos, mulatos e cafuzos. Esta se estrutura em suas múltiplas práticas cotidianas, podendo ser percebida na paisagem da aldeia repleta de significados, nas atividades produtivas e nos ritos religiosos.

Contudo, a reconquista do território marca o início de uma árdua jornada de resgate cultural, cuja fonte de informações configura-se apenas na memória dos *mais velhos*. Dentre as manifestações de afirmação identitária do povo Xokó, destaca-se a dança denominada *Toré* que se traduz na principal forma de resistência da identidade Xokó e de diferentes grupos indígenas brasileiros. Ao dançarem o *Toré* e a entoarem seus cânticos, os Xokó's reafirmam seu direito à diferença e seu direito às práticas indígenas seculares.

O VÍDEO DOCUMENTÁRIO NO ENSINO SUPERIOR

Neste início de século XXI, o campo brasileiro apresenta um quadro de extrema concentração fundiária, subutilização de terras e violência contra os camponeses, trabalhadores rurais e indígenas. Estes organizados de diferentes formas e em distintos movimentos sociais protagonizam a luta pela realização da reforma agrária, pela permanência na terra de forma digna ou pela demarcação de suas reservas. Neste contexto, a luta pela terra assume uma forma de luta popular que envolve população rural e urbana. Na atualidade sua principal forma de ocorrência tem sido por meio das ocupações de terras e da construção dos acampamentos.

O vídeo documentário intitulado **Veredas** registra as interpretações de camponeses sobre o sentido da luta pela terra, a partir das experiências nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos de reforma agrária. Expõe, através de depoimentos, as memórias das lutas de assentados há 10 anos no Assentamento São Bento, localizado na região de maior número de conflitos agrários do Brasil, o Pontal do Paranapanema, no oeste do estado de São Paulo, bem como, de acampados, também há 10 anos no estado de Sergipe, onde a oligarquia açucareira, mediante a judicialização da questão agrária, penalizou as famílias à vida no acampamento de novembro de 1995 a dezembro 2006, quando foi conquistado o Projeto de Assentamento José Emídio dos Santos naquelas terras.

Os depoimentos abordam: as memórias da saga de um sem-terra que iniciou sua reivindicação por terras, em 1964, durante a ditadura militar; a posição política de líderes da ocupação da fazenda do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; o sentimento do militante da frente de massas do MST frente ao agronegócio; relatos das dificuldades e dos sonhos de uma mãe e um pai acampados há 10 anos.

A tomada de imagens e dos depoimentos ocorreu em condições pedagógicas distintas. O primeiro momento ocorreu no desenvolvimento de projeto de pesquisa “Desenvolvimento de ambiências didáticas em Geografia usando tecnologias da informação e comunicação”, ligado ao Departamento de Educação e Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Objetivou-se, no âmbito da disciplina Estágio de Prática de Ensino de Geografia, contribuir com a formação do estudante-professor, mediante a elaboração, o planejamento e a realização de trabalho de campo, em área de conflitos de terras. A atividade, desenvolvida pelos professores-estudantes e coordenada e supervisionada pelo autor deste texto, foi registrada em material fílmico, considerando um roteiro definido, prévia e conjuntamente, pelos primeiros e estudantes do ensino médio do Colégio de Aplicação.

O segundo momento de coleta de imagens ocorreu em visita de equipe de pesquisadores do Núcleo de Pesquisas, Projetos de Reforma Agrária (NERA) às comemorações de 10 anos do primeiro assentamento de reforma agrária, conquistado no Pontal do Paranapanema. Naquele momento, buscávamos registrar as memórias da luta pela e na terra. Foi, posteriormente, diante dos objetivos da disciplina Geografia Rural, do curso regular de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente, e, motivações dos respectivos estudantes que reuni os materiais registrados nos dois momentos, e, com o auxílio de estudante voluntário do primeiro ano da graduação em Geografia, montamos o vídeo documentário **Veredas**. Este se constitui em material didático voltado para os ensinos superior e básico, no que tange às diferentes dimensões da luta pela terra no Brasil contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, acredito que o cinema e o vídeo no ensino de Geografia devem ultrapassar a dinâmica do lazer, porém, sem negá-la. A Universidade e a Escola devem ser mais ambiciosas e fornecer instrumentos cognitivos aos estudantes para que superem a condição de espectador passivo, passando à condição de espectador exigente e crítico de conhecedor da sua capacidade à de realizador de material fílmico com caráter didático e formador. Acredito que proporcionar aos educandos oportunidade de realizar a construção do vídeo documentário, manipular o “olho sem corpo da câmera”, identificar as astúcias do texto da câmera, do texto da luz, do texto do som, do texto dos cenários e/ou das locações é um desafio. Desafio passível de superação nas aulas de Geografia na educação básica e superior.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2 ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1998.

CARLOS, Ana Fani e OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (Orgs). Reforma no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTRO, I. E de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (orgs). Geografia: conceitos e temas. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

CAVALCANTI, L. de S. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, L. de S. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas, SP: Papirus, 1998.

COMPARATO, D. Da criação ao roteiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo, In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A de.; SILVEIRA, M. L. (orgs) , Território, globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994, p. 251–256.

FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. (orgs) Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas: Editora da Unicamp.

FERNANDES, B. M. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo, Côtex, 2001.

_____A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

1997.

_____MST: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

HAESBAERT, R. (org). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. In: _____Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Niterói, RJ: EDUFF, 1998. p. 11-53.

_____Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão, In: CASTRO, I. E de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (orgs). Geografia: conceitos e temas. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

LOPES, E. S. A. Cometário sobre a “Nova Reforma Agrária” do governo FHC. Candeeiro, Aracaju, SE, Ano 2, v.3, p.12-17, outubro de 1999.

MARTINS, J. de S. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo, Edusp, 2000.

_____O Cativo da Terra. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político . 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____Expropriação e violência: a questão política no campo. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

NAPOLITANO, M. Como usar a televisão na sala de aula. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

NASCIMENTO, R. A. do. O vídeo documentário como instrumento de registro de fenômenos geográficos. João Pessoa: Cartex/PRAC/COEX/NUDOC/UFBP, 1995.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. In: Agricultura brasileira: tendência, perspectivas e correlação de forças sociais. Brasília: Via Campesina, 2004. (Caderno de formação).

_____. A agricultura camponesa no Brasil. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Caminhos da geografia).

RAMOS FILHO, E. da S. Pra não fazer do cidadão pacato um cidadão revoltado: MST e novas territorialidades da Usina Santa Clara. Aracaju, SE, 2002. 162. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS. M. Espaço & método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS. M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A de.; SILVEIRA, M. L. (orgs) , Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, R. M.; LOPES, E. S. A. Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe. Aracaju, SE: ADUFS, 1996.

VEREDAS. Direção de Eraldo da Silva Ramos Filho. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2005. 1 filme (18min): son, color., DVD.

XOKÓ: Identidade, Memória e Cultura. Direção de Eraldo da Silva Ramos Filho. Nossa Senhora do Socorro: Vange Produções de Vídeo, 2000. 1 filme (18min): son, color., VHS.

